

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira teria bala na agulha para retaliar PSB

Exclusivo: o que fez PSB recuar sobre o Bloção

Nos últimos dias, a direção do PSB ficou fortemente debruçada sobre a Constituição federal e o regimento da Câmara dos Deputados. Preocupadíssima com dois pontos específicos: o artigo 57 da Constituição e o artigo 12 do Regimento Interno. Foi por conta deles que, no final da quarta-feira (7) o partido resolveu que só irá oficializar de fato a sua decisão de deixar ou não o Bloção comandado pelo

presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), depois do carnaval. A essa altura, é possível que o PSB de fato recue diante das ameaças de retaliação de Lira. É que a conclusão das diversas reuniões do comando do partido apontam que, sim, Lira teria condições concretas de deixar o PSB em maus lençóis, totalmente isolado e sem espaço dentro da Câmara dos Deputados.

No dia 5

Para entender o temor do PSB, é preciso juntar os fatos ao que dizem os dois artigos. O anúncio do líder do PSB, Gervásio Maia (PB) de que deixaria o Bloção foi no dia 5 de fevereiro, quando houve o retorno. Acontece que a Constituição diz que a sessão começa no dia 2.

Formal

Pode-se, então, considerar que o início foi no dia 5 por conveniência. Mas que, na verdade, o período já teria se iniciado no dia 2. Ai, o artigo 12 do Regimento Interno diz que se um partido sair de um bloco iniciada a sessão legislativa não pode passar para outro.

Ricardo Stuckert/PR



Siqueira conversou com Gleisi sobre bloco com o PT

PSB corre, então, o risco de ficar sem nada na Câmara

Ou seja, formalizada a saída, Arthur Lira poderia decidir, então, que ela foi impestiva. Aceitaria a saída, mas o PSB ficaria impedido de integrar qualquer outro bloco. O PSB negociava em duas direções. Poderia integrar o bloco formado pelo MDB e PSD, entre outros partidos. Ou formar bloco com a federação PT/PV/PCdoB. Se fosse para

o bloco do MDB, esse ultrapassaria o Bloção de Lira. A retaliação de Lira deixaria o PSB isolado com seus 14 deputados. Toda divisão de poder no Congresso é proporcional. Sem entrar em nenhum bloco, o PSB não teria direito ao comando de nenhuma das comissões da Casa. A avaliação foi de que havia um risco concreto de assim definir Lira.

Com Gleisi

Logo depois do anúncio de Gervásio, chegou mesmo a ocorrer uma reunião do PSB com a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), no sentido da formação do bloco com a federação. Mas também aconteceram conversas no sentido da união ao do MDB.

Comando

Lira julga importante ter o comando do maior bloco para definir quem irá sucedê-lo na presidência da Câmara. Por isso, uniu PSB e PDT aos partidos conservadores quando MDB, PSD, Republicanos e Podemos criaram o seu bloco se tornando por uns dias a maior bancada.

Sucessão

No fundo, todo o jogo envolve a sucessão de Arthur Lira. Como contamos por aqui nos últimos dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem trabalhando no sentido de minar o poder de Lira, criando novas conexões seja no Congresso seja junto aos partidos de oposição.

Lula

Lira está convencido que teve dedo de Lula na ação do PSB para deixar o Bloção. Reage às ações do presidente. E, diante disso, mandou avisar que a saída teria troco. Ao ler a Constituição e o regimento da Câmara o partido achou que, de fato, ele tinha bala na agulha.

Bolsonaro e aliados são investigados pela PF

Presidente do PL foi preso durante operação; oposição reage

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A véspera de carnaval foi muito movimentada para a Polícia Federal (PF). Nesta quinta-feira (8), a PF deflagrou a Operação Tempus Veritatis (hora da verdade, em latim) que investiga grupo que teria, de acordo com a investigação, tentado realizar um golpe de Estado, a fim de obter vantagem de natureza política com a manutenção do então presidente da República no poder. O principal alvo da operação foi o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), além de ex-ministros e ex-assessores. Esta é a primeira operação sobre o caso após a delação do ex-braço direito de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou os 33 mandados de busca e apreensão e os quatro mandados de prisão preventiva.

Toda investigação gira em torno do documento conhecido como “minuta do golpe”, encontrado em 2023 na casa do ex-ministro da Justiça na gestão de Bolsonaro, Anderson Torres. O documento detalhava a implementação de um golpe de estado para preservar o mandato de Jair Bolsonaro. Inicialmente, ele determinava interferências no Judiciário, além de decretar a prisão de diversas autoridades, como os ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ao final, seriam determinadas novas eleições.

Segundo as investigações da PF, o ex-presidente pediu e aprovou alterações no documento, que foi entregue para ele por seu ex-assessor especial Filipe Martins e por Amauri Saad, advogado apontado como o autor do texto. A versão final do documento teria sido a que foi encontrada na casa de Torres.

Além do documento em si, a PF também encontrou um vídeo



A ação da PF investiga Bolsonaro e outros por suposta tentativa de golpe

de uma reunião de Bolsonaro com ministros, feita em 5 de julho de 2022, em um computador apreendido na residência de Mauro Cid. No vídeo, o ex-presidente questiona as urnas eletrônicas e discute com os representantes de seu governo alternativas do que se fazer caso as pesquisas eleitorais confirmassem a vitória de Lula. Segundo a transcrição dos agentes da PF, o ex-presidente cobrou que seus ministros continuassem com uma conduta ativa de ataque à Justiça Eleitoral, a fim de reforçar a narrativa de fraude eleitoral.

Além disso, a PF encontrou no escritório do ex-presidente, na sede do PL, uma carta que defende e anuncia a decretação de um estado de sítio e da garantia da lei e da ordem no país, como se fosse um discurso ensaiado quando o golpe fosse realizado. O documento não está assinado. Vale destacar que, enquanto a minuta de golpe cita uma decretação de Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular as eleições, o documento encontrado na sede do PL fala em decretação de Estado de Sítio, algo que não é citado na minuta.

Alvos

Três alvos dos mandados de prisão foram presos: o ex-assessor especial de Bolsonaro Filipe Martins, o coronel do Exército Marcelo Câmara e o major das Forças Especiais do Exército, Rafael Martins. O quarto alvo, coronel Bernardo Corrêa Netto, não foi preso porque está nos Estados Unidos. Já os principais alvos dos mandados de busca e apreensão, além de Bolsonaro, são: os ex-ministros Augusto Heleno, Anderson Torres, Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-comandante-geral da Marinha almirante Almir Garnier Santos.

O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, era um dos alvos de busca e apreensão, mas foi preso em flagrante na quinta-feira por posse irregular de arma de fogo. Segundo as investigações da PF, o então comandante do Exército na época, Marco Antônio Freire Gomes, também foi convocado para integrar a tentativa de golpe, mas ele optou por não participar.

Repercussão

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), divulgou uma nota se manifestando

Ações baseiam-se na delação de Mauro Cid. Veja detalhes

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Rudolfo Lago

Quando foi encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres o documento que ficou conhecido como “minuta do golpe”, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que não o conhecia. “Não tomei conhecimento desse documento, dessa minuta”, disse na ocasião Bolsonaro. As 135 páginas da decisão tomada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes à petição 12.100 que levou às ações da Polícia Federal (PF) na quinta-feira (8) reforçam indícios de que Bolsonaro não apenas teve conhecimento da minuta. Ele a teria recebido, a lido, e pedido alterações no texto. E depois reunido os comandantes das Forças Armadas para discuti-la.

A quase totalidade dos documentos que embasaram a decisão de Alexandre de Moraes estavam com o ex-ajudante de Ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, e foram entregues dentro do acordo de colaboração feito por Cid. a versão de que Bolsonaro conhecia o documento é reforçada em diálogos encontrados no aparelho de celular de Cid.

A “minuta de golpe” seria uma proposta de decreto presidencial. Por ele, Bolsonaro, ainda presidente, decretaria Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Uma espécie de



A não adesão de Freire Gomes é ponto importante

intervenção no tribunal, sob a alegação de que havia evidências de que a eleição de 2022, vencida pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teria sido fraudada. A intervenção, então, anularia as eleições. Uma “Comissão de Regularidade Eleitoral” seria criada para fazer novas eleições.

De acordo com o texto da decisão de Moraes, os diálogos encontrados no celular de Cid mostram que a minuta de decreto teria sido entregue a Bolsonaro por Filipe Martins, então seu assessor, e pelo advogado Amauri Feres Saad. Segundo os diálogos, Bolsonaro recebeu o texto e pediu modificações. Primeiro, pediu que ele fosse enxuto, retiran-

do parte dos “Considerandos” (alegações iniciais que embasam o decreto). E, principalmente, que altere uma parte grave. Entre as ações, seriam determinadas as prisões do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes; do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do ministro do STF Gilmar Mendes. Bolsonaro, segundo as conversas, manda retirar Pacheco e Gilmar e manter somente Alexandre de Moraes.

Militares

A sequência mostra diversas ações para envolver militares. O coronel Bernardo Romão Correia Netto, assistente do Coman-

favorável à investigação. “Ação insensata encabeçada por uma minoria irresponsável, que previa impor um Estado de exceção e prisão de autoridades democraticamente constituídas. Agora, cabe à Justiça o aprofundamento das investigações para a completa elucidação desses graves fatos”, disse Pacheco, em nota.

Já o ex-vice-presidente, senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), classificou as prisões e investigações como “devassa persecutória” contra partidos de oposição. “Nenhuma suposta ameaça ao Estado Democrático de Direito justifica tal devassa persecutória ao arrempio da lei. No caso das Forças Armadas, os seus comandantes não podem se omitir perante a condução arbitrária de processos ilegais que atingem seus integrantes ao largo da Justiça Militar”, afirmou Mourão no plenário do Senado.

Após a declaração do ex-vice-presidente, a deputada federal Sâmia Bomfim (PsoL-SP) afirmou em suas redes sociais que acionará a Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador, alegando que ele “incitou as Forças Armadas a se insurgirem contra a operação da PF”.

do Militar do Sul, trabalharia para fazer circular uma “Carta ao Comandante do Exército” como forma de pressionar militares a aderir à ação em curso.

E o próprio Bolsonaro fez, depois, uma reunião com os comandantes militares para sondar a adesão ao Estado de Defesa caso fosse decretado. Os relatos apontam que o então comandante do Exército, general Freire Gomes, não aderiu a proposta.

“Cagão”

A não adesão de Freire Gomes parece ser ponto importante. É motivo de um diálogo entre o ex-candidato a vice-presidente general Braga Netto com o Ailton Barros, militar das Forças Especiais. “Meu amigo, infelizmente tenho que dizer que a culpa pelo que está acontecendo (...) é do general Freire Gomes”, disse Braga Neto. Ailton sugere: “Vamos oferecer a cabeça dele aos leões”. O general concorda: “Oferece a cabeça dele. Cagão”.

Entre os documentos, há ainda um vídeo de uma reunião de Bolsonaro com ministros. Nessa reunião, ele pressiona ministros a agirem para denunciar os supostos riscos de fraude nas eleições. A fala mais dura é de Augusto Heleno. “Não vai ter revisão do VAR. Se tiver que dar soco na mesa é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições.